



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PROJECTO DE LEI N.º 334/VIII
ESTABELECE MEDIDAS DE PREVENÇÃO E COMBATE A PRÁTICAS
LABORAIS VIOLADORAS DA DIGNIDADE E INTEGRIDADE FÍSICA E
PSÍQUICA DOS TRABALHADORES

Nos últimos anos tem-se assistido à multiplicação de práticas empresariais violadoras da dignidade e integridade física e psíquica dos trabalhadores e traduzidas em várias formas de assédio nos locais de trabalho, assédio com graves consequências para os trabalhadores e criando novos riscos profissionais, como o *stress* e outros de origem psicológica e psiquiátrica, com particular desgaste físico e moral.

Há, obviamente, aqui um problema de respeito pela dignidade de quem trabalha e de respeito pelos direitos dos trabalhadores, cuja defesa e efectivação tem sido uma luta que o PCP tem desenvolvido, visando melhorar quer as leis do trabalho quer a justiça do trabalho.

Assegurar a efectivação de tais direitos é o único caminho capaz de assegurar o desenvolvimento do nosso país com respeito pelo valor do trabalho. Um desenvolvimento que tenha em vista a obtenção de condições de vida e de trabalho de nível elevado, onde a dignidade e os direitos dos trabalhadores sejam não só respeitados mas sejam tidos como meio indispensável e indissociável da construção do futuro.

É por isto mesmo que devem ser firmemente combatidas todas as práticas de assédio nos locais de trabalho tal como propõe o presente projecto de lei do PCP, onde se estabelece não só uma definição do conceito de assédio como dos actos e comportamentos que concretizam as respectivas práticas, estabelecendo-se, por um lado, um conjunto de sanções para os responsáveis e autores materiais do assédio e, por outro, garantindo-se as competentes reparações aos trabalhadores vítimas de tais condenáveis práticas.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados, do Grupo Parlamentar do PCP, apresentam o seguinte projecto de lei:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação e objecto

O presente diploma aplica-se a todas as entidades públicas ou privadas e visa estabelecer medidas de protecção dos trabalhadores contra práticas laborais violadoras da personalidade, dignidade e integridade física e psíquica dos trabalhadores, genericamente designadas por assédio.

Artigo 2.º

Conceito de assédio

1 — Entende-se por assédio o comportamento persecutório, deliberado, abusivo do empregador, do seu representante, do superior hierárquico, colega ou outra pessoa com poder no local de trabalho, através de insinuações ou ameaças verbais e por atitudes que visem a desestabilização psíquica dos trabalhadores, originando a degradação das condições de trabalho e tendo por objectivo principal o despedimento do trabalhador, a sua demissão forçada ou o prejuízo das perspectivas de progressão na carreira.

2 — São actos e comportamentos indiciadores de assédio, entre outros:

- a) O retirar injustificado de tarefas anteriormente desempenhadas pelo trabalhador;
- b) A despromoção injustificada de categoria anteriormente atribuída;
- c) O constrangimento ao exercício de funções ou tarefas desqualificantes para a categoria;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- d) A exclusão de informação relevante para a actividade do trabalhador;
- e) A desqualificação sistemática dos resultados obtidos;
- f) A violação, relativamente ao trabalhador, do princípio constitucional «a trabalho igual salário igual».

Artigo 3.º

Garantia de bom ambiente de trabalho

1 — Constitui dever do empregador garantir um bom ambiente de trabalho, prevenindo, nomeadamente, a ocorrência de toda e qualquer situação de assédio.

2 — Participada qualquer situação de assédio a Inspeção-Geral do Trabalho, para além da eventual instauração do processo contra-ordenacional, determinará relativamente ao empregador as medidas específicas necessárias para prevenção de ulteriores situações de assédio, a observar por aquele.

Artigo 4.º

Nulidade dos actos

Quaisquer actos e decisões praticados no âmbito de uma situação de assédio, designadamente os atinentes às alterações das categorias, funções, cargos ou transferências de posto de trabalho, são nulos e de nenhum efeito, nos termos gerais de direito.

Artigo 5.º

Sanções



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1 — Sem prejuízo de aplicação de outra sanção que ao caso couber, constitui contra-ordenação muito grave qualquer acto ou comportamento qualificável como de assédio nos termos deste diploma.

2 — Os valores das coimas correspondentemente aplicáveis, de acordo com o n.º 4 do artigo 7.º da Lei n.º 116/99, de 4 de Agosto, serão agravados para o dobro.

3 — Em caso de reincidência os limites mínimo e máximo serão elevados para o dobro.

Artigo 6.º

Responsabilidade

1 — A entidade patronal e os superiores hierárquicos do agressor de assédio incorrem na responsabilidade solidária pelo pagamento das coimas aplicáveis.

2 — O autor do assédio incorre em responsabilidade disciplinar, sempre que tal procedimento tenha sido praticado contra a orientação da empresa ou indicações expressas dos superiores hierárquicos.

3 — O processo disciplinar, antes de proferida a decisão, será remetido à Inspeção-Geral do Trabalho e ao sindicato representativo da actividade profissional da vítima de assédio.

4 — A Inspeção-Geral do Trabalho ou o sindicato podem opor-se ao arquivamento dos autos, comunicando tal oposição no prazo de 20 dias; a oposição do sindicato deve também ser remetida à Inspeção-Geral do Trabalho.

5 — Verificando-se oposição por parte de qualquer das entidades referidas no número anterior, o processo disciplinar, sem decisão, será apenso ao processo contra-ordenacional que tiver sido instaurado para a apreciação de contra-ordenação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

6 — A decisão do processo disciplinar não poderá ser contrária à conclusão do processo contra-ordenacional, quando este terminar pela condenação ou pelo pagamento voluntário do coima.

7 — O disposto nos números anteriores não prejudica a responsabilidade civil ou criminal em que o autor do assédio tenha ocorrido.

Artigo 7.º

Competência contra-ordenacional

1 — É da competência da Inspeção-Geral do Trabalho o levantamento de autos de notícia ou participação, nos termos definidos nos artigos 17.º e 20.º da Lei n.º 116/99, de 4 de Agosto.

2 — O destino das coimas é o previsto no artigo 15.º da Lei n.º 116/99, de 4 de Agosto.

Artigo 8.º

Reparação à vítima

1 — Sem prejuízo do direito às quantias devidas pelo incumprimento das leis de trabalho, a vítima de assédio tem direito a uma indemnização por danos não patrimoniais, nos termos gerais de direito.

2 — O empregador e o superior hierárquico do trabalhador, quando não sejam os autores materiais do assédio, são responsáveis solidariamente com o autor material pelo pagamento da indemnização por danos não patrimoniais.

3 — No caso de demissão forçada do emprego em consequência de assédio o trabalhador tem direito a uma indemnização calculada em dobro da que seria devida em situação de despedimento sem justa causa.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Artigo 9.º

Ónus da prova

1 — Nas acções que tenham por fundamento os actos e comportamentos referendados no n.º 2 do artigo 2.º sobre o trabalhador incumbe o ónus de provar a ocorrência dos actos e situações que fundamentem a sua pretensão, presumindo-se que os mesmos integram práticas de assédio.

2 — Sobre o actor material do assédio, quando não seja o empregador ou o superior hierárquico do trabalhador, recai o ónus de provar que os actos e comportamentos foram praticados sem a intenção de exercer qualquer violência psicológica ou outra.

3 — O superior hierárquico apenas se pode eximir da responsabilidade provando que comunicou ao empregador o seu desacordo relativamente à situação de assédio, ou que desconhecia, não tendo obrigação de conhecer a mesma situação.

Artigo 10.º

Regulamentação

O Governo deve regulamentar a lei no prazo máximo de três meses.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor na data da sua publicação.

Assembleia da República, 27 de Novembro de 2000. Os Deputados do PCP: *Vicente Merendas — Lino de Carvalho — Odete Santos — Luísa Mesquita — Natália Filipe —*



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

*Honório Novo — Joaquim Matias — Bernardino Soares — Cândido Capela Dias —
Margarida Botelho — Octávio Teixeira — João Amaral.*